

**2021.12.06. Os estados estão nadando em dinheiro – II**

Sumário

<b>1. Comentários iniciais</b> .....	2
<b>1.1. Critérios</b> .....	2
<b>2. Que fenômenos originaram essa transformação?</b> .....	3
<b>3. Superávits orçamentários globais em 2020 e 2021</b> .....	4
<b>4. Superávits dos estados no 5º bimestre de 2021</b> .....	6
<b>5. Resultados primários e serviço da dívida dos estados</b> .....	8
<b>6. Razão entre receitas de capital e recursos disponíveis</b> .....	10
<b>7. Necessidade de financiamento do Setor Público</b> .....	11
<b>8. Crescimento da dívida pública federal</b> .....	13
<b>8.1. Dívida em valores correntes</b> .....	13
<b>8.2. Dívida em proporção do PIB</b> .....	14
<b>CONCLUSÃO</b> .....	15
<b>Referências:</b> .....	17

## **1. Comentários iniciais**

Recentemente, publiquei o artigo sob a denominação “Estados estão nadando em dinheiro”, que compreendia a execução orçamentária dos estados entre janeiro e junho do corrente exercício (2021), com comparação aos dois exercícios fechados de 2019 e 2020. Nele constatamos que no primeiro semestre do corrente exercício, os estados, em seu conjunto apuraram um resultado orçamentário de R\$ 76 bilhões, aproximadamente. Paralelamente a isso, a União gerou um déficit primário de R\$ 746 bilhões e nominal (quando inclui os juros) superior a um R\$ 1 trilhão, em dezembro/2020.

Passados três meses, com o fechamento do 5º bimestre do ano (período de janeiro a outubro), resolvemos atualizar o referido texto, cujos dados serão tratados adiante.

### **1.1. Critérios**

Em primeiro lugar precisam ser esclarecidos os critérios adotados. A receita, como determina a legislação, foi considerada pelo regime de caixa. Já a despesa foi tomada a liquidada, porque a empenhada, no decorrer do exercício, não corresponde exatamente a despesa realizada, porque os empenhos, sendo prévios, podem atingir a despesa pertencente a períodos futuros

Geralmente as comparações são feitas com a receita corrente líquida (RCL), que não a adotamos porque dela foram excluídos muitos itens com os quais são realizadas despesas, exclusões essas feitas pela própria lei e pelos tribunais de contas, visando reduzir o percentual de comprometimento da receita com despesa de pessoal. Por isso, ela transformou-se num mau parâmetro. Além disso, as informações oficiais sobre seu valor correspondem a 12 (doze) meses e o período em causa é de 10 (dez) meses.

Comparamos, então com a receita corrente líquida efetiva (RCL<sub>e</sub>), que é a receita corrente deduzida das transferências aos municípios e ao Fundeb, que a parcela da receita que, efetivamente, pertence a cada estado.

## 2. Que fenômenos originaram essa transformação?

Ocorreram diversos fatores que propiciaram essa melhora extraordinária das contas públicas dos estados, nos exercícios 2020 e 2021. São eles as medidas decorrentes da Lei Federal nº 173/2020, para o enfrentamento do coronavírus, como ajuda financeira em valor expressivo, a suspensão da dívida com a União até o final do ano 2020<sup>1</sup> e a possibilidade de reestruturação das dívidas com organismos multilaterais e, principalmente, o congelamento da folha de pagamento (ou praticamente isso) até o final do exercício de 2021.

No exercício de 2021, o fator principal foi o aumento expressivo da receita própria, explicado pelo extraordinário crescimento da arrecadação do ICMS, principal tributo, que sofreu os efeitos dos preços por atacado e também da inflação, e de uma lenta recuperação na economia. O IGP-DI, em cuja formação entram os preços por atacado, numa proporção de 60%, cresceu mais de 30% no período. Os preços dos combustíveis e energia elétrica também explicam o fenômeno, assim como, o auxílio emergencial do Governo Federal, por beneficiar uma faixa da população com alta propensão a consumir.

Outro fator determinante dessa explosão da receita foi o crescimento nominal do PIB de 14,6% em 12 meses corridos, em outubro de 2021. O crescimento nominal do PIB aumenta a arrecadação do ICMS, por ser ele um tributo incidente sobre os preços Tabela 4).

Deve ser destacado que a comparação é sobre uma base deprimida, devido à covid-19, mas, mesmo assim, houve grande crescimento. Caso contrário, não teria havido os enormes superávits que existiram.

**O Estado do RS fez grandes reformas, como a suspensão das vantagens temporais, a alteração do quadro do magistério e a reforma da previdência, incluindo a adoção da aposentadoria complementar, aprovada no governo anterior, entre outras. A privatização da CEEE, com o**

---

<sup>1</sup> O Estado do RS não foi beneficiado por esse quesito, porque já não vinha pagando sua dívida, em decorrência de medida liminar junto ao STF, em julho de 2017.

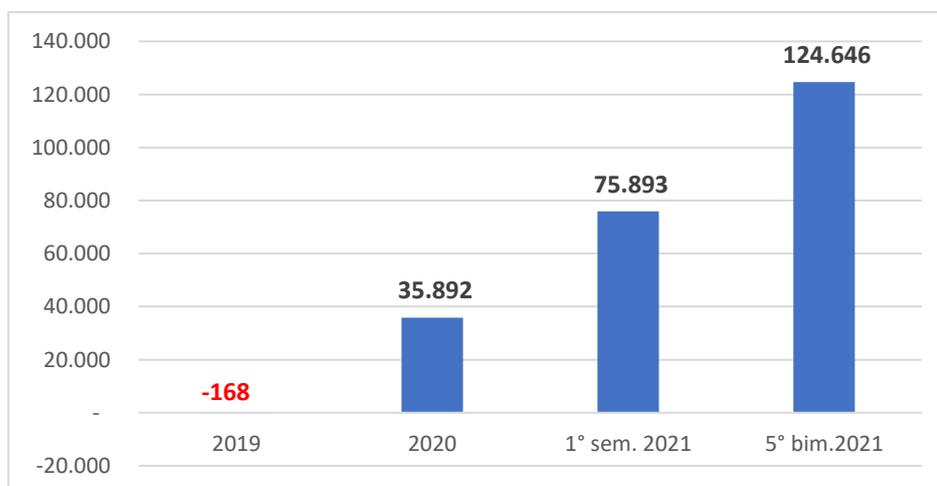
**consequente recebimento do ICMS, que antes não era recolhido pela empresa, foi outro fator.** Nos demais estados também houve reformas, mas desconhecemos seu conteúdo e dimensão. Essas últimas alterações, no entanto, surtirão mais efeito com o decorrer do tempo, sendo o que assegurará o equilíbrio futuro das contas públicas, porque reduziram sensivelmente o crescimento vegetativo da folha, que anulava o incremento da receita, que acompanha o PIB, com baixo crescimento potencial.

**Resumindo:** o extraordinário aumento da arrecadação, primeiro o das transferências, depois o das receitas próprias, paralelamente com grande contenção da despesa, explicam esse fenômeno no curto prazo. No decorrer do tempo, as reformas é que garantirão o equilíbrio orçamentário, junto com o crescimento econômico e com governos responsáveis (não populistas).

### 3. Superávits orçamentários globais em 2020 e 2021

Tomados em seu conjunto, os estados partiram de um **déficit** de R\$ 167,9 milhões em 2019, para um superávit de R\$ 35,9 bilhões em 2020 e R\$ 124,6 bilhões em dez meses de 2021, que deve crescer ainda mais, porque até junho (seis meses) fora de R\$ 76 bilhões (Gráfico 1).

Gráfico 1. Resultados orçamentários dos estados em 2019, 2020 e nos períodos especificados de 2021  
Em R\$ milhões correntes.



FONTE: Dados brutos SICONFI - STN. Cálculos próprios.

A formação desses superávits decorreu, pelo lado da receita, de um crescimento nominal, na ordem de 19,1%, sendo 26,5% das receitas próprias e uma redução das receitas de transferências de 3,1%. O decréscimo dessas últimas decorreu da base de comparação alta em 2020, quando foram feitas grandes transferências pela União para o enfrentamento do coronavírus, decorrentes da LC 173/2020.

Pelo lado da despesa, houve um crescimento alto, mas bem menor, na ordem de 14,3%. O reduzido crescimento da despesa com pessoal (3,2%) explica esse crescimento menor, porque as outras despesas correntes (ODC) cresceram 21,8% e o serviço da dívida, 62,2%. O crescimento das ODC é explicado pelo aumento da despesa com saúde, e o do serviço da dívida foi o fato de terem ficado suspensos no ano anterior (2020) os pagamentos da dívida com a União e outras medidas estabelecidas pela LC 173/2020, já referidas (Tabela 1). No RS, a suspensão do pagamento da dívida ocorreu antes e decorreu de medida liminar em julho de 2017.

Tabela 1. Receitas e despesas do 5º bimestres de 2020 e 2021  
Em R\$ 1.000,00 correntes.

Itens	out/20	out/21	Varição
<b>Receitas</b>			
Receitas correntes	700.844.941	830.497.274	18,5%
Transferências	189.344.831	183.495.558	-3,1%
Receita própria	511.500.110	647.001.716	26,5%
Receita de capital	10.567.210	16.772.024	58,7%
<b>Total *</b>	<b>711.412.150</b>	<b>847.269.298</b>	<b>19,1%</b>
<b>Despesas</b>			
Pessoal	354.733.828	365.925.904	3,2%
ODC	225.312.792	274.514.840	21,8%
Investimentos	24.085.497	36.224.484	50,4%
Serviço dívida	28.336.240	45.957.947	62,2%
<b>Total*</b>	<b>632.468.357</b>	<b>722.623.175</b>	<b>14,3%</b>
<b>Res. orçamentário *</b>	<b>78.943.794</b>	<b>124.646.122</b>	<b>57,9%</b>

FONTE: Dados brutos SICONFI - STN. Cálculos próprios.

(\*) Excluem transferências internas - dupla contagem.

#### 4. Superávits dos estados no 5º bimestre de 2021

A Tabela 2 apresenta os resultados orçamentários por estado no 5º bimestre de 2021, em mil reais e em percentual da RCL. No período ocorreu um superávit de R\$ 124,6 bilhões, o equivalente a 16,8% da RCL.

Tabela 2. Resultados orçamentários dos estados no 5º bimestre de 2021  
Em R\$ 1.000,00 correntes.

UF	RECEITA	DESPESA	RESULTADO	RES.ORÇ. /	
	TOTAL	TOTAL	ORÇAMENTÁRIO	RCL e	ORDEM
AC	5.968.572	5.164.481	804.091	14,5%	19
AL	10.616.684	8.490.481	2.126.203	20,2%	6
AM	18.616.548	16.430.940	2.185.608	14,0%	21
AP	5.003.513	3.318.531	1.684.982	33,7%	1
BA	46.669.241	40.567.688	6.101.552	15,7%	15
CE	26.137.402	22.315.346	3.822.056	18,2%	8
DF	23.615.970	19.956.359	3.659.611	15,7%	16
ES	15.760.594	13.207.653	2.552.941	16,5%	12
GO	27.001.851	22.880.472	4.121.379	15,4%	17
MA	15.274.207	14.631.128	643.079	4,3%	28
MG	91.667.674	78.619.004	13.048.669	18,4%	7
MS	14.168.486	11.955.627	2.212.859	16,3%	14
MT	21.528.435	15.108.682	6.419.753	30,5%	3
PA	27.076.233	25.513.906	1.562.327	6,8%	27
PB	10.931.295	9.018.049	1.913.246	17,7%	9
PE	32.536.429	28.069.619	4.466.811	16,5%	13
PI	10.424.193	9.255.042	1.169.151	11,9%	23
PR	40.856.598	35.019.203	5.837.396	14,5%	19
RJ	67.974.726	52.339.319	15.635.406	23,0%	5
RN	10.748.966	9.472.384	1.276.582	12,1%	22
RO	8.224.137	5.848.390	2.375.747	29,1%	4
RR	4.483.436	3.131.707	1.351.730	30,6%	2
RS	46.485.076	41.577.776	4.907.300	11,3%	25
SC	27.045.926	23.979.595	3.066.331	11,4%	24
SE	8.500.756	7.695.626	805.130	9,7%	26
SP	221.309.586	191.676.843	29.632.743	17,2%	10
TO	8.642.765	7.379.325	1.263.440	15,0%	18
<b>Total</b>	<b>847.269.298</b>	<b>722.623.175</b>	<b>124.646.122</b>	<b>16,8%</b>	

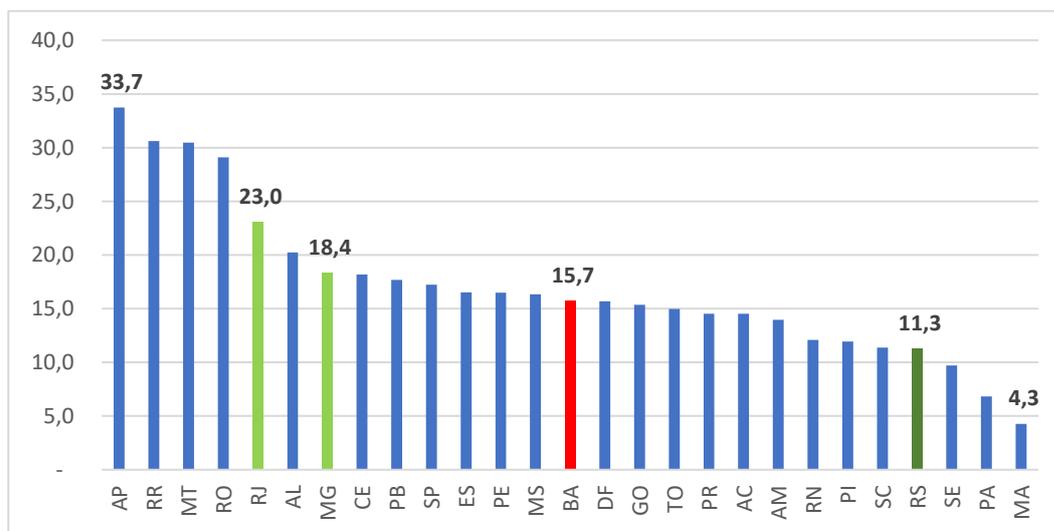
FONTE: Dados brutos SICONFI - STN. Cálculos próprios.

Merece destaque o fato de estados antes altamente deficitários, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, apresentarem altos superávits, como R\$ 13 bilhões (18,4% RCLe), R\$ 15,6 bilhões (23%) e R\$ 4,9 bilhões (11,3%), respectivamente. Há, ainda, estados com superávit superior a 30% da RCLe, como Amapá, Mato Grosso e Roraima (Gráfico 2)

O Estado de São apresentou um superávit de R\$ 29,6 bilhões (17,2% da RCLe), tão grande em termos absolutos quanto proporcionais.

A receita, com certeza, reduzirá muito seu ritmo de crescimento, mas não deve cair nominalmente. Com isso, com uma administração responsável, os estados tem tudo para afastar para longe essa crise que os domina há anos. É agora ou nunca mais.

Gráfico 2. Resultado orçamentários em % da RCLe, 5º bimestre 2021



FONTE: Dados brutos SICONFI - STN. Cálculos próprios.

É importante notar que dos três estados que estavam em pior situação, dois deles, RJ e MG apresentaram os melhores desempenhos, ficando na 5ª e na 7ª posição, respectivamente, em resultado orçamentário. Já o Estado do RS ficou na 25ª posição, com 11,3%, embora isso seja um resultado altamente positivo para quem vinha de déficit histórico de quase 5 décadas (Tabela 2).

## **5. Resultados primários e serviço da dívida dos estados**

A Tabela 3 apresenta os resultados primários dos estados no período em causa, num total de R\$ 134,1 bilhões, o que corresponde a quase três vezes o valor do serviço da dívida, que é seu objetivo. O Estado do Rio de Janeiro apresentou um resultado primário 11,7 vezes o serviço da dívida, porque já houve adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, cujos pagamentos nos anos iniciais são menores. No entanto, mesmo assim, apresenta um resultado primário correspondente a 23,5% da RCL, ou seja, a 4ª posição no País.

Minas Gerais, outro estado que era altamente deficitário, apresentou um resultado primário de 23,1% da RCL, ocupando a 6ª posição no País, correspondendo a 2 vezes o serviço da dívida.

No caso do RS, mesmo não estando pagando a dívida com a União, os valores são empenhados e liquidados. Formou um superávit primário correspondente a 11,5% da RCL, ocupando a 22ª posição no País. Em relação ao serviço da dívida, o resultado primário correspondeu a 1,4 vezes.

O Estado de São Paulo formou um superávit primário de E\$ 35,3 bilhões, 20,5% da RCL e mais duas vezes o serviço da dívida.

Há estados que apresentam alta relação resultado primário/serviço da dívida, cujas causas não foram identificadas. Pode ser que alguns, ao contrário do Estado do RS, por estarem sob liminar, não estejam registrando as prestações não pagas. Mas é apenas uma hipótese. Mas quase todos eles apresentam um superávit primário grande, tanto em termos absolutos quanto em proporção da receita corrente líquida efetiva.

Ao demais estados cabe as mesmas considerações feitas quando ao resultado orçamentário.

Tabela 3. Resultado primário e serviço da dívida 5º bimestre 2021  
 Valores em R\$ 1.000,00.

UF	RESULTADO PRIMÁRIO *	SERVIÇO DA DÍVIDA	PRIMÁRIO/SERV.DÍVIDA	RCLe %	ORDEM
AC	939.180	365.456	2,6	17,0%	12
AL	2.447.741	571.907	4,3	23,3%	5
AM	2.231.717	711.413	3,1	14,3%	18
AP	1.526.069	9.917	153,9	30,6%	2
BA	6.557.615	1.506.058	4,4	16,9%	14
CE	2.655.913	1.360.146	2,0	12,6%	21
DF	2.960.508	622.166	4,8	12,7%	20
ES	2.059.809	542.189	3,8	13,3%	19
GO	3.923.920	112.757	34,8	14,6%	17
MA	1.214.242	1.071.903	1,1	8,1%	25
MG	16.436.455	8.312.625	2,0	23,1%	6
MS	2.265.078	568.791	4,0	16,7%	15
MT	5.773.778	635.911	9,1	27,4%	3
PA	1.434.550	494.929	2,9	6,3%	27
PB	1.986.913	269.626	7,4	18,4%	9
PE	4.877.254	1.176.008	4,1	18,0%	11
PI	719.148	603.222	1,2	7,3%	26
PR	7.043.658	2.735.338	2,6	17,5%	12
RJ	15.927.739	1.358.121	11,7	23,5%	4
RN	558.357	109.836	5,1	5,3%	28
RO	1.820.207	172.807	10,5	22,3%	7
RR	2.050.300	140.724	14,6	46,4%	1
RS	5.019.736	3.667.324	1,4	11,5%	22
SC	4.507.502	1.669.394	2,7	16,7%	16
SE	948.511	347.612	2,7	11,4%	23
SP	35.298.758	16.829.283	2,1	20,5%	8
TO	955.495	297.775	3,2	11,3%	24
<b>TOTAL</b>	<b>134.140.155</b>	<b>46.263.238</b>	<b>2,9</b>	<b>18,0%</b>	

FONTE: Dados brutos SICONFI - STN. Cálculos próprios.

(\*) Resultado primário acima da linha.

## 6. Razão entre receitas de capital e recursos disponíveis

Todo esse resultado orçamentário teve mais a ver com as receitas ordinárias, porque apenas 2,2% é a participação das receitas de capital (venda de patrimônio, empréstimos, entre outros) no total dos recursos utilizados pelos estados. Nesse quesito, o Estado do Ceará, que apresentou participação relativa maior, com 6,8%, seguido do Estado do Rio Grande do Sul, com 6,2%, e Piauí, com 6,1% (Tabela 4).

Tabela 4. Razão entre as receitas de capital e os recursos totais disponíveis dos estados no 5º bimestre de 2021.

UF	RCLE	RECEITAS DE CAPITAL	RECURSOS TOTAIS	REC.CAPITAL/ REC.TOTAIS	ORDEM
AC	5.537.011	53.127	5.590.138	1,0%	21
AL	10.500.887	115.797	10.616.684	1,1%	19
AM	15.642.845	94.739	15.737.583	0,6%	24
AP	4.992.586	10.928	5.003.513	0,2%	26
BA	38.786.286	991.690	39.777.975	2,5%	6
CE	21.028.959	1.524.402	22.553.361	6,8%	1
DF	23.342.434	273.536	23.615.970	1,2%	18
ES	15.440.106	320.488	15.760.594	2,0%	9
GO	26.828.825	173.025	27.001.851	0,6%	23
MA	15.043.854	230.353	15.274.207	1,5%	14
MG	71.105.592	3.793.604	74.899.196	5,1%	4
MS	13.539.389	202.639	13.742.028	1,5%	15
MT	21.073.446	454.989	21.528.435	2,1%	8
PA	22.840.297	325.721	23.166.018	1,4%	16
PB	10.818.811	112.484	10.931.295	1,0%	20
PE	27.091.001	534.748	27.625.749	1,9%	10
PI	9.786.515	637.678	10.424.193	6,1%	3
PR	40.161.268	695.331	40.856.598	1,7%	12
RJ	67.863.481	111.245	67.974.726	0,2%	27
RN	10.553.371	195.595	10.748.966	1,8%	11
RO	8.162.155	61.982	8.224.137	0,8%	22
RR	4.414.267	69.170	4.483.436	1,5%	13
RS	43.619.904	2.865.171	46.485.075	6,2%	2
SC	26.947.371	98.555	27.045.926	0,4%	25
SE	8.287.506	213.250	8.500.756	2,5%	5
SP	171.937.208	2.406.412	174.343.619	1,4%	17
TO	8.437.399	205.366	8.642.765	2,4%	7
<b>TOTAL</b>	<b>743.782.770</b>	<b>16.772.024</b>	<b>760.554.794</b>	<b>2,2%</b>	

FONTE: Dados brutos SICONFI - STN. Cálculos próprios.

## 7. Necessidade de financiamento do Setor Público

Esse indicador representa a necessidade de financiamento, como o próprio nome indica. Por isso, apresenta os sinais das variáveis invertidos. O resultado primário, por exemplo, quando positivo, é apresentado com sinal negativo, porque serve para deduzir dos juros, indicando quanto o Poder Público necessitou de financiamento para cobrir suas insuficiências financeiras. Se ele é negativo, o sinal é positivo, porque se agrega aos juros, aumentando o saldo devedor da dívida. Os juros nominais, com acréscimo ou dedução do resultado primário, formam o resultado nominal.

Na Tabela 5 observa-se que o resultado nominal (juros mais/menos superávit primário) em nível nacional, reduziu-se de R\$ 456,2 bilhões em outubro/2019 para 398,7 bilhões em outubro de 2021, depois de ter alcançado R\$ 1,011 trilhão em outubro/2020, devido à pandemia, sendo 661,8 bilhões de déficit primário, formado pelo déficit em nível federal de 704,5 bilhões e um superávit de 42,9 bilhões em nível regional.

Tabela 5 . NFSP em 12 meses corridos, em R\$ milhões

DESCRIÇÃO	out/19	out/20	out/21
<b>NOMINAL</b>	<b>456.237</b>	<b>1.011.037</b>	<b>398.739</b>
Nível Federal	408.980	1.006.114	453.856
Nível Regional	47.257	4.923	-55.117
<b>JUROS</b>			
<b>NOMINAIS</b>	<b>366.455</b>	<b>349.238</b>	<b>378.332</b>
Nível Federal	306.945	301.358	337.881
Nível Regional	59.510	47.880	40.451
<b>PRIMÁRIO</b>	<b>89.782</b>	<b>661.799</b>	<b>20.407</b>
Nível Federal	102.035	704.756	115.975
Nível Regional	-12.253	-42.957	-95.568
PIB	7.343.911	7.377.281	8.454.296
Cresc. Nominal PIB		0,5%	14,6%

FONTE: Bacen - NFSP - Acumulado 12 meses.

(Dados Nacionais/Acop.NFSP,DPF,PIB e outros)

Em 2020, no período em causa, a União formou R\$ 704,5 bilhões de déficit primário, quando no período anterior esse déficit fora de R\$ 102 bilhões. Apesar do grande déficit apurado em 2021, já em 2021, o déficit caiu para R\$ 115,9 bilhões, apenas 13,6% maior que o de 2019.

Já em nível regional, houve um progresso contínuo de superavit primário, passando de R\$ 12,2 bilhões em outubro/2019 para R\$ 42,9 bilhões em 2020 e R\$ 95,6 bilhões em outubro de 2021, **refletindo a grande melhora das contas estaduais, apontada neste texto.**

A Tabela 6 apresenta esses mesmos indicadores em proporção do PIB. O déficit nominal do setor público passou de 6,1% do PIB em outubro/2019 para 4,72% em outubro/2021, depois de ter alcançado 13,7% do PIB em 2020.

Em nível federal, que apresentou o enorme déficit de 13,7% do PIB em outubro/2020, acabou apresentado uma redução, mesmo que pequena, de 5,57% para 5,37% do PIB, entre outubro/2019 outubro/2020.

Também em proporção do PIB, o resultado primário do nível regional passou de 0,17% do PIB em outubro/2019, para 0,58% do PIB em outubro/2020 e 1,13% do PIB em Outubro/2021. A Tabela apresenta como negativo nos três períodos, porque em todos eles o resultado primário foi positivo, contribuindo, sobremaneira, para a redução do resultado nominal.

Tabela 6. NFSP em 12 meses corridos, em % do PIB

DESCRIÇÃO	out/19	out/20	out/21
<b>NOMINAL</b>	<b>6,21</b>	<b>13,70</b>	<b>4,72</b>
Nível Federal	5,57	13,64	5,37
Nível Regional	0,64	0,07	-0,65
<b>JUROS NOMINAIS</b>	<b>4,99</b>	<b>4,73</b>	<b>4,48</b>
Nível Federal	4,18	4,08	4,00
Nível Regional	0,81	0,65	0,48
<b>PRIMÁRIO</b>	<b>1,22</b>	<b>8,97</b>	<b>0,24</b>
Nível Federal	1,39	9,55	1,37
Nível Regional	-0,17	-0,58	-1,13

FONTE: Bacen - NFSP - Acumulado 12 meses.

## 8. Crescimento da dívida pública federal

Os sistemáticos déficits primários têm contribuído para o aumento da dívida pública federal, em qualquer um de seus conceitos, abaixo tratados. A partir de 2014, cessaram os superávits primários, passando a ocorrer altos déficits primários, com destaque para o de 5º bimestre de 2020, na ordem de R\$ 703 bilhões, em todo o setor público ou R\$ 746 bilhões, só em nível federal.

Segundo Márcio Garcia e José Roberto Afonso, em *Regras Fiscais e Volatilidade Cambial*, Cap.16, do livro *A Crise Fiscal e Monetária Brasileira*, organizado por Edmar Bacha, há duas definições de dívida pública: Dívida Líquida do Setor Público (DLP) e Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), em seus dois conceitos, o do FMI e o do Banco Central do Brasil (BCB).

*A DLSP é definida como o balanceamento entre dívidas e os créditos do setor público não financeiro e do Banco Central.*

*A DBGG é apurada a partir dos créditos que se distinguem pelo seguinte. O crédito utilizado pelo FMI considera como parte da dívida todos os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional.*

*O crédito do BCB considera como parte da dívida, dentre títulos presentes na carteira do BCB, apenas aqueles que são utilizados como colaterais nas operações compromissadas.*

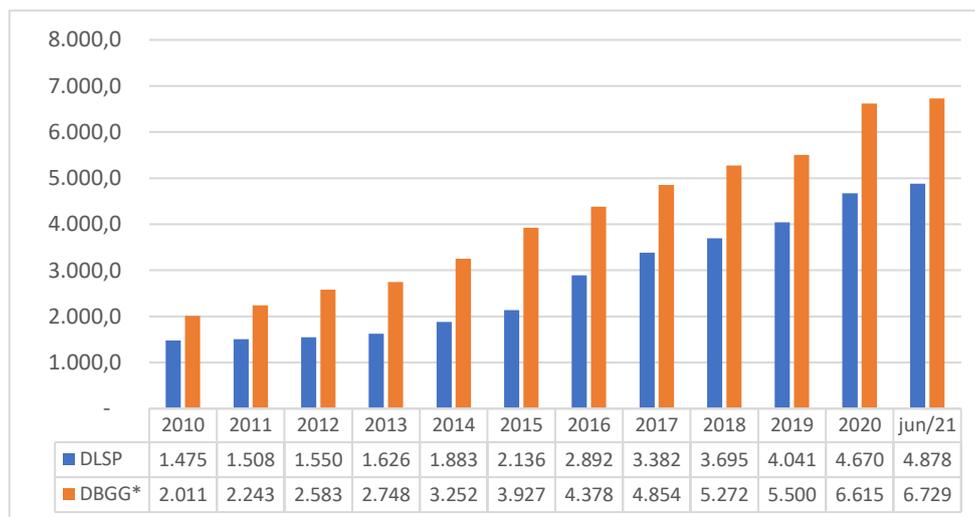
Os gráficos 3 e 4 mostram a evolução da dívida pública brasileira desde 2010, nos seus dois conceitos.

### 8.1. Dívida em valores correntes

A DLSP acentuou a partir de 2014, quando alcançou R\$ 1.883 bilhões, crescendo até 4.041 bilhões em 2019, quando em 2020, deu um salto para R\$ 4.670 bilhões em 2020, apresentando pouca elevação em 2021. O crescimento de R\$ 629 bilhões em 2020, em grande parte decorre das medidas de enfrentamento ao coronavírus.

Já a DBGG, que já vinha crescendo, apresentou grande expansão a partir de 2014, tendo em 2020 dado um salto de R\$ 1.115 bilhões em relação ao ano anterior, pelas mesmas razões citadas (Gráfico 3).

Gráfico 3. Dívida líquida do Setor Público e Dívida Bruta do Governo Geral  
R\$ bilhões correntes.



**FONTE:** Bacen - Estatísticas/ Tabelas especiais. Apud [www.financasRS.com.br](http://www.financasRS.com.br)  
(\* ) Critério do Banco Central, que difere do critério do FMI.

## 8.2. Dívida em proporção do PIB

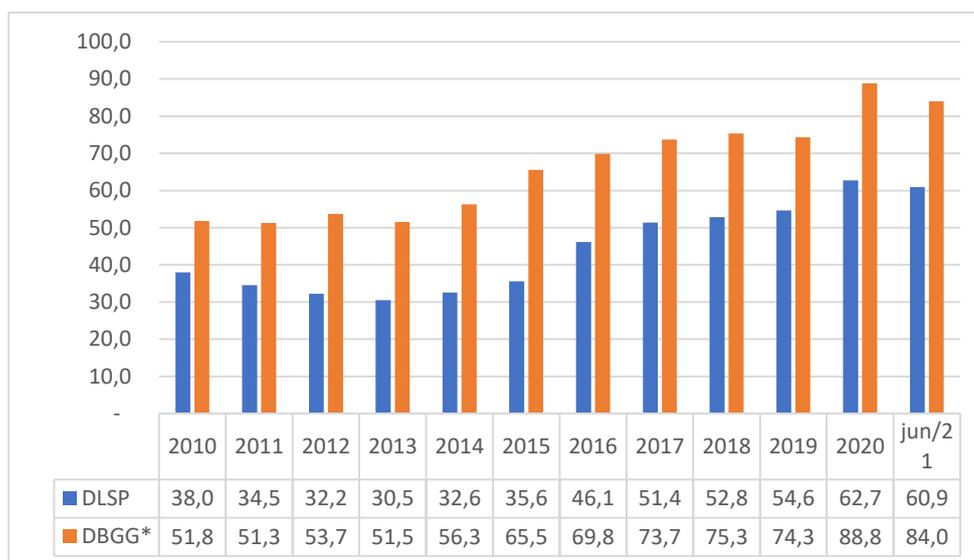
Em proporção do PIB, a evolução das dívidas, além de ser mais real, fica de melhor elucidada. A DLSP foi decrescente de 2010 até 2013. E 2014 passou a crescer sistematicamente, passando de 30,5% em 2013 para 46,1% em 2016 e 54,6% em 2019, saltando para 62,7% em 2020, apresentando leve redução em 2021 (até junho) para 60,9%. Em 2020 a DLSP cresceu 8,1 pontos percentuais do PIB, caindo 1,8 ponto até junho de 2021 (Gráfico 4).

O critério da dívida líquida é questionável porque os créditos deduzidos são com prazos de realização diferentes. Além disso, o critério adotado pela maioria dos países e pelo FMI é do da dívida bruta

Já a DBGG manteve-se mais ou menos constante entre 2010 e 2013, quando alcançou 51,5% do PIB. A partir de 2014 passou a crescer, alcançando 74,3% em 2019, saltando para 88, % em 2020, baixando para 84% em 2021.

Em 2020, houve um incremento de 13,7 pontos percentuais do PIB, caindo 4 pontos em 2021, até junho.

Gráfico 4. Dívida Líquida do Setor Público e Dívida Bruta do Governo Geral  
 Em % do PIB



**FONTE:** Bacen - Estatísticas/ Tabelas especiais. Apud [www.financasRS.com.br](http://www.financasRS.com.br)  
 (\*) Critério do Banco Central, que difere do critério do FMI.

## CONCLUSÃO

Recentemente publicamos um texto denominado “Os estados estão nadando em dinheiro”, onde apuramos que, depois de um déficit de R\$ 168 milhões em 2019, foi apurado no final do exercício de 2020 um superávit de R\$ 36 bilhões, que subiu para R\$ 76 bilhões no primeiro semestre do exercício corrente. Retomando o estudo com a publicação dos dados do 5º bimestre, nos deparamos com um superávit de R\$ 124,6 bilhões.

Estados altamente deficitários, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e outros apresentaram expressivos superávits.

O mesmo pode ser dito em relação ao resultado primário, em que a soma global dos estados alcançou R\$ 134,1 bilhões ou 18% da RCL e quase três vezes o valor do serviço da dívida.

O fator negativo foi o alto déficit do governo federal, com resultado nominal superior a R\$ 1 trilhão, com alto reflexo no endividamento, conforme tratado ao longo deste texto.

Ocorreram diversos fatores que propiciaram essa melhora extraordinária das contas dos estados, nos exercícios 2020 e 2021. São eles as medidas decorrentes da Lei Federal nº 173/2020, para o enfrentamento do coronavírus, como ajuda financeira em valor expressivo, a suspensão da dívida com a União até o final do ano 2020 e a possibilidade de reestruturação de dívidas com organismos multilaterais e, principalmente, o congelamento da folha de pagamento (ou praticamente isso) até o final do exercício de 2021.

No exercício de 2021, o fator principal foi o crescimento expressivo da receita própria, explicado pelo extraordinário crescimento da arrecadação do ICMS, principal tributo, que sofreu os efeitos da alta dos preços por atacado e também da inflação e de uma lenta recuperação na economia. O IGP-DI, em cuja formação entram os preços por atacado, numa proporção de 60%, cresceu mais de 30% no período. Os preços dos combustíveis e energia elétrica também contribuíram para o fenômeno, assim como, o auxílio emergencial do Governo Federal, por beneficiar uma faixa da população com alta propensão a consumir.

Outro fator determinante dessa explosão da receita foi o crescimento nominal do PIB de 14,6% nos 12 meses anteriores a outubro de 2021.

**O Estado do RS fez grandes reformas, como a suspensão das vantagens temporais, a alteração do quadro do magistério e a reforma da previdência, que se seguiu a da previdência complementar, e a privatização da CEEE, gerando grande crescimento da arrecadação do ICMS, antes não recolhida pela empresa.** Nos demais estados também houve reformas, mas desconhecemos seu conteúdo e dimensão. As reformas, no entanto, surtirão maior efeito com o decorrer do tempo, **sendo o que assegurará o equilíbrio futuro das contas públicas**, porque reduziram sensivelmente o alto

crescimento vegetativo da folha, que anulava o incremento da receita, que acompanha o PIB, com baixo crescimento potencial.

No entanto, mesmo que a reformas tenham também contribuído para essa transformação, o extraordinário aumento da arrecadação, primeiro o das transferências, depois o das receitas próprias, paralelamente com grande contenção da despesa, explicam mais esse fenômeno no curto prazo.

Finalizando, podemos dizer que só sairemos definitivamente dessa situação desagradável com crescimento econômico e com governos responsáveis (não populistas), que mantenham o que foi feito e, ainda, o aprofundem em certos aspectos.

Porto Alegre, 4 de dezembro de 2021.

### Referências:

**GARCIA**, Márcio e **AFONSO**, José Roberto. Regras Fiscais e Volatilidade Cambial. Cap. 16 do livro “Crise Fiscal e Monetária Brasileira”, organizado por Edmar /Bacha. Ed. José Olympo Ltda. Rio de Janeiro, 2016.

**SANTOS** – Darcy Francisco Carvalho dos. Os estados estão nadando em dinheiro. Disponível em: <https://financasrs.com.br/2021/09/07/os-estados-estao-nadando-em-dinheiro/>

**STN -SICONFI** – Dados orçamentários. Acesso em 01/12/2021.

**Bacen – NFSP** – Dados relativos à Necessidade Financeira do Setor Público.

**Site** [www.financasRS/Estatísticas](http://www.financasRS/Estatísticas) - Fiscais. DLSP e DBGG. Levantamentos e cálculos do economista **Roberto Calazans**.

**Darcy Francisco Carvalho dos Santos**  
[www.financasrs.com.br](http://www.financasrs.com.br) – [darcyfcs@terra.com.br](mailto:darcyfcs@terra.com.br).  
Rua Fernando Osório, 1595 – fone (51)33185656  
Porto Alegre

---